

# A Bolívia pára de pagar

O governo decidiu não pagar "temporariamente" sua dívida (US\$ 997 milhões vencem este ano). A notícia causou temor nos meios financeiros europeus.



**Siles Zuazo e Juan Lechin:  
suspenção temporária que  
pode durar um ou dez anos.**

Pressionado pela poderosa Central Operária Boliviana (COB), para quem "é inconcebível que os bolivianos trabalhem o ano todo para pagar suas dívidas, em vez de superar seus agudos problemas econômicos", o presidente Hernan Siles Zuazo anunciou no início da manhã de ontem que seu país deixará de pagar, temporariamente, a dívida externa, calculada em 3,9 bilhões de dólares. Essa decisão provocou pânico nos principais mercados financeiros do mundo, com queda das ações dos bancos internacionais e da cotação do dólar frente às principais moedas europeias.

A atitude do governo boliviano, que implica o adiamento do pagamento de 997 milhões de dólares que deveria ser feito ao longo deste ano, fez renascer entre os investidores o medo de uma crise bancária mundial. Embora as notícias chegadas da Bolívia não fossem pormenorizadas, alguns banqueiros londrinos expressaram o temor de que esse gesto possa provocar uma série de moratórias unilaterais, levando o sistema bancário a uma situação insustentável.

Uma fonte da City de Londres lembrou que o caso boliviano é de difícil solução, pois não existe banco interessado em refinanciar a dívida do país, cujas perspectivas de crescimento econômico, a médio prazo, são muito ruins. Além disso, completou a fonte, a decisão de Siles Zuazo pode tornar improváveis futuras concessões por parte dos bancos.

## Tranqüilidade

Nos EUA, contudo, a decisão boliviana foi recebida com menos pessimismo. Na opinião dos banqueiros novaiorquinos, a suspensão dos pagamentos, pela Bolívia, não deverá provocar uma reação em cadeia em outras nações devedoras. Um analista do Provident National Bank, Charles Vincent, por exemplo, afirmou que a Bolívia "não é um dos países mais complicados" e que a suspensão dos pagamentos "não envolve uma grande quantia de dinheiro". Para ele, a decisão anunciada ontem "era inevitável, dada a sucessão de greves registradas no país".

Embora o líder máximo da COB, Juan Lechin, tenha dito ontem que o adjetivo "temporário" usado para definir o prazo de suspensão dos pagamentos bolivianos "pode representar tanto um ano como dez anos", pois o objetivo da medida é criar uma folga para que o país supere sua crise econômica, uma alta autoridade do governo boliviano disse que a suspensão permanecerá em vigor por quatro anos.

A versão oficial, dada pelo deputado Marcos Domic, integrante da diretoria política do governo como representante do Partido Comunista, diz que a suspensão refere-se aos pagamentos de juros e amortizações que a Bolívia teria de fazer a 125 bancos privados norte-americanos e de outros países. Quanto à dívida com governos e orga-

nismos internacionais, Domic disse que ela seria renegociada, "mas de forma alguma o país pagará mais de 25% do valor de suas exportações este ano, estimadas em cerca de 850 milhões de dólares".

A decisão boliviana surgiu de um acordo entre o governo, sindicatos, partidos políticos, Forças Armadas e empresas privadas para pôr fim ao clima de convulsão social que agita o país há quase dois meses. A sucessão de paralisações de tra-

balhadores, greves de fome e outras manifestações de protesto que praticamente imobilizaram a economia do país começou quando o governo Siles Zuazo decretou uma nova série de medidas de austeridade, em meados de abril, com o objetivo de obter um empréstimo do FMI.

Na ocasião, Siles Zuazo, que herdou uma economia arruinada dos governos militares que o antecederam, desvalorizou o peso em 75% e decretou aumentos nos preços dos gêneros alimentícios e dos combustíveis que chegaram, em alguns casos, a 400%. A partir daí começaram os protestos, que incluíram até uma greve dos funcionários do Banco Central boliviano, destinada a impedir que o governo colocasse em prática as medidas de austeridade financeira previstas.

A COB, que reúne 95% dos trabalhadores do país, criticava Siles Zuazo por ter aceito as exigências do FMI e pressionava para que fosse criado um plano econômico próprio, adiando os pagamentos e vendendo as reservas de ouro do país, estimadas em 28 toneladas, para investir na recuperação econômica.

## Incerteza

O anúncio da moratória boliviana contribuiu para aumentar a incerteza sobre o futuro do mercado financeiro internacional num momento em que os investidores já se mostravam assustados com problemas como os seguidos déficits comerciais dos EUA — que podem levar a novos aumentos dos juros e a mais problemas para as nações devedoras — e a tensa situação no Golfo Pérsico.

O Bank of America, o maior credor da Bolívia, porém, recebeu a suspensão dos pagamentos com tranqüilidade. Em nota divulgada ontem, a instituição afirma que vem acompanhando os problemas econômicos da Bolívia desde 1982 e que a totalidade de seus empréstimos ao país (no valor de cem milhões de dólares, aproximadamente) estão atrasados "há algum tempo".

Outros banqueiros dos EUA lembraram também que pelo menos uma parte da dívida boliviana já foi eliminada dos livros, por ter sido classificada como de cobrança impossível. "Poderá haver abundância de resgate e simpatia para com a Bolívia, mas cada um dos países devedores cuida de sua própria situação. Eles sabem que uma moratória os tornaria incapazes de fazer negócio com o resto do mundo", disse um deles.